

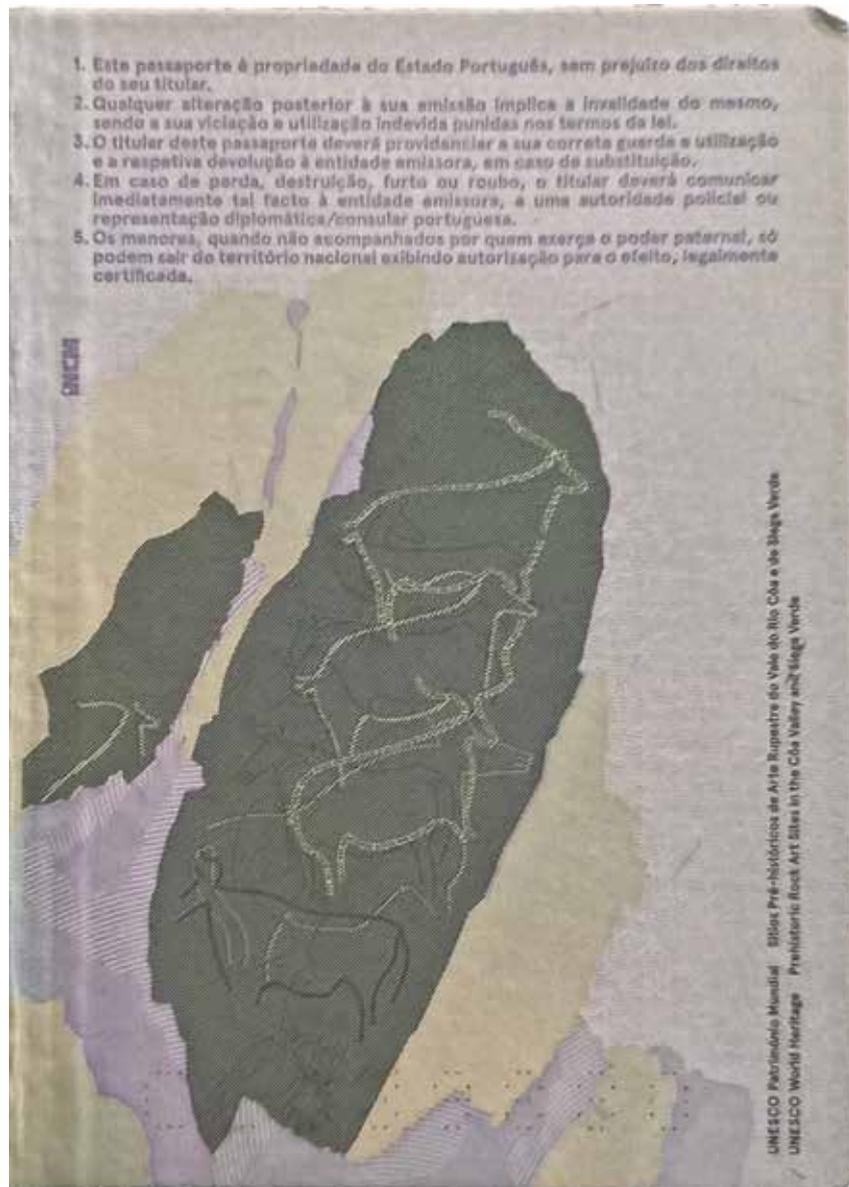
# Um artista do Côa

---

*João Zilhão<sup>a</sup>*

---

*a) UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. ICREA. Departamento de História e Arqueologia da Universidade de Barcelona*



*Detalhe do atual passaporte português.*

A luta pela preservação da arte rupestre do vale do Côa teve várias frentes. Em finais de 1994, quando veio a público que essa arte tinha uma componente importante de idade paleolítica, havia já uma história de oposição à barragem cuja construção se havia iniciado três anos antes. Por detrás dessa oposição estavam legítimos interesses económicos e legítimas visões tanto sobre o desenvolvimento económico da região como sobre o papel que as barragens da bacia do Douro haviam de desempenhar no sistema nacional de produção de energia. A arte paleolítica veio acrescentar uma dimensão social, cultural e patrimonial ao problema numa altura em que, com a obra já avançada, o dilema que se colocava aos decisores políticos era dos mais difíceis. Não sem razão, o semanário Expresso haveria de considerar a controvérsia “barragem versus gravuras” como o acontecimento político do ano de 1995.

Nessa controvérsia, a sorte — naufrágio ou salvamento — do património em causa jogava-se em boa parte na resposta a duas questões para que os profissionais da área foram chamados a pronunciar-se. Em última análise, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/96, de 17 de Janeiro, do seu parecer dependeu a decisão política final. Essas questões eram: Trata-se realmente de “arte” ... ou simplesmente de rabiscos que qualquer um, até uma criança, seria capaz de fazer, teoria que encontrou cultores não só ao mais alto nível técnico (entre engenheiros da obra e alguns empreendedores da região) mas também ao mais alto nível governamental? E trata-se realmente de actividade humana de época paleolítica e, como tal, pela dimensão e extensão do conjunto, única a nível mundial e digna de classificação como Património da Humanidade ao nível da UNESCO ... ou tão-somente de passatempo popular de época muito recente e interesse patrimonial menor, como viriam a pontificar autointitulados especialistas internacionais?

O desfecho final deveu-se a que a opinião pública, tanto a popular como a científica, pôde ser convencida, e isso aconteceu porque à arte do Côa foi dada a oportunidade de se defender a si mesma, para o que teve de ultrapassar um obstáculo de muita monta: as dificuldades de visualização e de interpretação decorrentes das inúmeras sobreposições e da pátina adquirida pelas imagens ao longo dos milénios. À época, a fotografia digital e o tratamento informático das imagens estavam na infância do seu desenvolvimento, pelo que não podiam dar a ajuda que hoje dão. Foi por isso através do recurso a uma metodologia ancestral, inventada no Paleolítico — o desenho — e com recurso a duas ferramentas afinadas por milhões de anos de evolução — a mão e o olho humanos — que a arte do Côa pôde comunicar com o mundo. Que ninguém duvide que muito da forma eficaz como o conseguiu fazer se ficou a dever ao demiurgo que teve a sorte de encontrar. Do impacto do seu trabalho fala melhor que ninguém a imagem que, hoje, 25 anos depois do salvamento, o cidadão português encontra no seu passaporte, a imagem com que o nosso país se apresenta ao mundo — a da figura anexa. O original é do Fernando Barbosa — um artista do Côa.